



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

SIMONE DA SILVA CÂNDIDO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS E APORTES PARA AS
SÉRIES INICIAIS**

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

SIMONE DA SILVA CÂNDIDO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS E APORTES PARA AS
SÉRIES INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação /Departamento do Curso Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Ms. Mary Delane Gomes de
Santana

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C217p Candido, Simone da Silva.

O processo de inclusão no ensino regular no município de Remígio [manuscrito] : um estudo de caso sobre os desafios e aportes para as séries iniciais / Simone da Silva Candido. - 2019.

31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Campina Grande , 2019.

"Orientação : Profa. Ma. Mary Delane Gomes de Santana , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação Inclusiva. 2. Prática pedagógica. 3. Alunos especiais. I. Título

21. ed. CDD 377.9

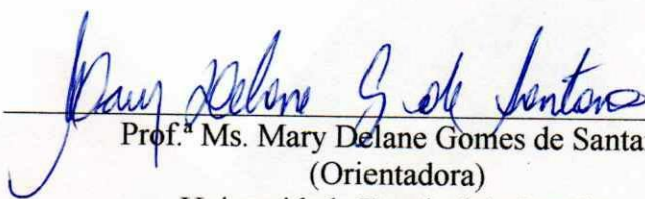
SIMONE DA SILVA CÂNDIDO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE
REMÍGIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS E APORTES PARA AS
SÉRIES INICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação/ Departamento do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 15/06/2019.

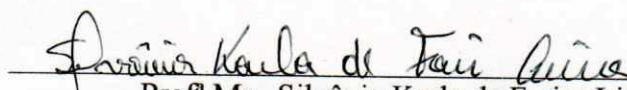
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ms. Mary Delane Gomes de Santana
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.ª Ms. Francisca Luseni Machado Marques
(1º Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.ª Ms. Silvânia Karla de Farias Lima
(2º Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	METODOLOGIA	10
2.1	Universo de pesquisa, população e amostra.....	11
3	CONCEITUANDO A INCLUSÃO	11
3.1	O surgimento da educação inclusiva	13
3.2	A escola do ensino regular está preparada para o processo de inclusão?	15
3.3	O professor frente à inclusão	16
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
5	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27
	AGRADECIMENTOS.....	31

O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS DESAFIOS E APORTES PARA AS SÉRIES INICIAIS

Simone da Silva Cândido¹
Mary Delani Gomes de Santana²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estudar o processo de inserção do aluno, com deficiência na escola regular. Portanto, a pesquisa faz um recorte sobre a *Educação Inclusiva*, a fim de analisar como está organizada a infraestrutura e o corpo docente da escola municipal da cidade Remígio, objeto de estudo da pesquisa. O propósito da inclusão é uma medida favorável para o exercício da tolerância, com relação a essas pessoas tidas como 'diferentes'. Este tema é objeto de amplo estudo e tem repercussão, não somente no âmbito da educação, mas também, em todo meio social. Deve-se compreender que o assunto abordado será exposto oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de reflexões teórico sobre a temática em questão. Foi pensando nas diversas possibilidades de exclusão vivenciadas que se objetivou, através desta pesquisa, verificar os conhecimentos que os professores de salas regulares têm sobre as práticas pedagógicas para alunos com deficiência. Coletar as opiniões dos professores pesquisados, sobre os desafios de lecionar para alunos com deficiência e observar se há estrutura adequada na escola para atender os alunos com deficiência. Realiza-se, então, uma pesquisa bibliográfica, descritiva, explicativa de campo na abordagem quanti-qualitativa e que se percebe, na fala dos entrevistados, que os professores participantes tinham uma visão superficial ou estão em processo de construção do conceito do que seria inclusão. Assim como afirmam ser de fundamental importância a formação continuada dos professores. O que faz com que se sintam despreparados na efetivação de uma inclusão de qualidade e expõem as principais dificuldades encontradas no âmbito escolar para que se torne um ambiente inclusivo. O que impõe a constatação de que cabe a todos os envolvidos no processo educativo: alunos, professores, gestores, coordenadores e sociedade ter consciência e respeito com as diferenças, para que todos, independentemente de suas necessidades educativas, sejam realmente valorizados, incluídos e capazes de frequentar uma escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão. Escola.

ABSTRACT

This article aims to study the process of student insertion, with disabilities in the regular school. Therefore, the research makes an excerpt about inclusive education, in order to analyze how the infrastructure and the faculty of the municipal school of the city of Remígio are organized, the object of research study. The purpose of inclusion is a favorable measure for the exercise of tolerance, in relation to those people who are considered "different". This theme is an object of extensive study and has repercussions, not only in the context of education, but also, in the whole social environment. It should be understood that the subject addressed will be exposed offering opportunities for the development of theoretical reflections on the theme in question. it was thought of the various possibilities of exclusion experienced that aimed, through this research, to verify the knowledge that the teachers of regular classrooms have on the pedagogical practices for students with disabilities. collect the

opinions of the teachers surveyed, about the challenges of teaching for students with disabilities and observe if there is adequate structure in the school to attend students with disabilities. Then, a bibliographic, descriptive, explanatory field study is carried out in the quantitative-qualitative approach, and it is perceived, in the interviewees' speech, that the participating teachers had a superficial view or are in the process of constructing the concept of what would be inclusion. as they claim to be of fundamental importance the continuing education of teachers. this makes them feel unprepared in the realization of a quality inclusion and expose the main difficulties encountered in the school scope to become an inclusive environment. What imposes the realization that it is up to all those involved in the educative process: students, teachers, managers, coordinators and society have conscience and respect with the differences, so that everyone, regardless of their educational needs, is really valued, included and able to attend a school.

Keywords: Inclusive Education. Inclusion. School

¹ Aluna da Universidade Estadual da Paraíba, Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas – CAMPUS I - Avenida das Baraúnas, 351, Campus Universitário – Bodocongó do Curso de Pedagogia – PARFOR

² Profa. da Universidade Estadual da Paraíba, Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância - CAMPUS I – Avenida das Baraúnas, 351, Campus Universitário – Bodocongó, do Curso de Pedagogia – PARFOR. Mestre em Sociologia.

1 INTRODUÇÃO

O estágio é parte integrante de todos os cursos de licenciatura, visto como um componente prático que vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, é o momento que o estagiário conhece a realidade do ambiente que almeja trabalhar. Conhece o funcionamento da escola, sua estruturação, a vida do profissional que quer ser e dos demais profissionais que fazem parte do sistema educacional.

O primeiro estágio foi o de Gestão Educacional o período de observação nos permitiu realizar um levantamento que contribuiu para compreensão do surgimento da escola, das condições físicas, e até mesmo das relações afetivas entre os profissionais da mesma. Desfrutamos de uma rica experiência enquanto estagiárias. Conhecer outros profissionais, outras realidades em meio ao campo educacional, contribuiu imensamente para nossa formação por meio de trocas de experiência enriquecedoras.

O segundo estágio foi o de Educação Infantil, realizado em uma creche municipal do município de Remígio, onde foi propiciada a oportunidade da aproximação com outra a sala de aula diferente da nossa realidade, a instituição observada apresenta uma realidade que acompanha a questão econômica do bairro no qual a maioria das famílias possuem baixa renda e pouco acesso a atividades culturais. A observação e intervenção permitiu que houvesse uma análise com um olhar mais criterioso, na procura de contribuições que seja essencial para desenvolver os diversos aspectos observados durante o estágio.

O terceiro e último estágio o dos anos iniciais do ensino fundamental, ocorreu na turma em que leciono como professora do 2º ano, no turno da manhã. As atividades realizadas foram observações em sala de aula e intervenção direta com a turma, o que me permitiu pela primeira vez, parar e observar o meu próprio trabalho, tentando identificar se eu executava as aulas de acordo com o planejamento elaborado, e, como estava sendo realmente realizado o meu trabalho.

Para Prado (2012, p. 12) “[...] o estágio em Gestão, assim como o de docência, é indispensável na construção do novo profissional da educação”. Sendo que é nele que o discente tem um contato mais abrangente com a instituição escolar. Neste sentido acreditamos que na prática temos aproximação com conhecimentos que não são possíveis apenas na teoria.

Dessa forma a escolha do tema deste estudo surgiu a partir das observações e experiências vivenciadas durante os estágios supervisionados, onde foram observados um

número considerável de alunos com deficiência, assim como a falta de preparo físico e pedagógico ao atendimento dessas crianças.

Esta pesquisa constitui-se por uma análise sobre os desafios da educação inclusiva desenvolvido , a partir de um estudo em uma escola pública de ensino regular do município de Remígio, estado da Paraíba, a fim de identificar se a escola está se caracterizando como uma escola inclusiva e assim observar as dificuldades enfrentadas pelos professores para que se possa assegurar uma educação de boa qualidade para todos, obedecendo as orientações nacionais e internacionais sobre a Inclusão Escolar.

No intuito de investigar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência, nas séries iniciais em uma escola pública regular o município de Remígio. Levantou-se a seguinte situação problema: A rede municipal de Remígio tem infraestrutura adequada e professores capacitados para se trabalhar com alunos com deficiência nas séries iniciais?

Frente a estas questões esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como está organizada a infraestrutura e o corpo docente da escola municipal da cidade Remígio ,objeto de estudo da pesquisa , e como os objetivos específicos têm-se: Abordar a trajetória histórica da educação das pessoas com deficiência, verificar os conhecimentos que os professores de salas regulares têm sobre as práticas pedagógicas para alunos com deficiência, coletar as opiniões dos professores pesquisados, sobre os desafios de lecionar para alunos com deficiência e observar se há estrutura adequada na escola para atender os alunos com deficiência.

Neste artigo a metodologia utilizada é uma pesquisa bibliográfica, descritiva, explicativa de campo na abordagem quanti-qualitativa e que se percebe, na fala dos entrevistados, que os professores participantes tinham uma visão superficial ou estão em processo de construção do conceito do que seria inclusão. Com embasamento teórico em autores como: Bueno (1999), Cartolano (1998), Carvalho (2004), Echeita (2011), Ferreira (2010), Tricoli (2002) entre outros que possuem conhecimento acerca do assunto.

Espera-se com o que está sendo apresentado aqui possa contribuir com futuras pesquisas sobre o tema, a fim de que os educadores e outros profissionais da educação que desempenham suas funções nas turmas do fundamental possam refletir acerca das dificuldades da efetiva inclusão escolar nas escolas regulares, o que justifica a presente pesquisa uma vez que e de grande relevância, refletir sobre os desafios e o aporte desses alunos, bem como as dificuldades enfrentadas pelos professores frente esta nova realidade.

2 METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada nesta pesquisa se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica, descritiva, explicativa de campo e de abordagem quanti-qualitativa. Segundo descreve Brito (2009, p. 34): “esses procedimentos decorrem da necessidade de reunir dados quantitativos e qualitativos na coleta e análise de dados em um determinado estudo”. Neste sentido a metodologia quanti-qualitativa aponta um caminho de descobertas com um grupo determinado, onde o pesquisador tem cuidado com as informações obtidas.

Na pesquisa foram aplicados questionários (Anexo) com professores tendo com questões abertas e fechadas e com critérios de escolha de indivíduos já estabelecidos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gercina Eloy Freire – Remígio -PB.

Os questionários visaram obter informações quanti-qualitativas, de modo a buscarmos verificar como está acontecendo o processo de inclusão das pessoas com deficiência na escola. Alguns questionários foram aplicados no ambiente escolar, e outros professores preferiram levar e responder em casa, onde foi estimado um prazo para devolução, que foi cumprido pela maioria dos professores selecionados para pesquisa.

2.1 Universo de pesquisa, população e amostra

A pesquisa será realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gercina Eloy Freire, que atende aos seguimentos do 1º ao 5º ano nos turnos matutino das 07h00min às 11h15min, e no vespertino das 13h00min às 17h15min. Foram considerados como amostra as professoras das series iniciais uma coordenadora escolar, ao todo foram entregues 10 (dez) questionários, 7 (sete) devolveram e duas justificou falta de tempo para responder, e a outra preferiu não participar da pesquisa .

3 CONCEITUANDO A INCLUSÃO

O conceito de inclusão adquiriu uma ênfase especial nos anos de redemocratização das sociedades latinoamericanas e, sobretudo no Brasil. As políticas públicas direcionadas a sociedade e também as instituições de ensino, durante a redemocratização, tiveram um vies inclusivo importante para o combate da exclusão histórica que grupos minoritários da sociedade brasileira sofreram ao longo da consolidação do estado-nação brasileira (ECHEITA, 2011).

Também pode se conceituar o termo em questão aos sujeitos com algum tipo de deficiência, com suas limitações, que tem o direito de estar inclusas em todos os lugares e

levar uma vida socialvel, independente de sua deficiência. Porém o que tem se visto é à exclusão dessas pessoas na sociedade.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica, entende-se por inclusão o direito a todos e a qualquer cidadão de viver em comunidade, ser acolhido e de respeitado em suas diferenças individuais como também de esforço coletivo (BRASIL, 2001, p. 13). Embora a inclusão tenha se consolidado enquanto movimento durante a redemocratização em 1988, a primeira lei tratada sobre a inclusão de alunos com deficiência não está situada no momento de redemocratização brasileira, mas sim, no período da ditadura civil militar. A Lei nº 4.024 de 1961, Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDBEN), em que estabelece como obrigação do estado o oferecimento de vagas para pessoas com deficiência em escolas regulares, com o objetivo de estabelecer socialização desses alunos.

A inclusão escolar pode ser entendida como um ato de acolher os alunos na escola, sem levar em consideração suas características físicas, sociais e psicológicas. Neste palco da sociedade, surge a proposta de uma escola inclusiva, onde todas as pessoas com deficiência devam ir às escolas (de rede regular de ensino), sendo estas bem atendidas, bem-vindas e bem compreendidas. No entanto se a inclusão não ocorrer essas pessoas serão sempre dependentes, privadas de viverem em sociedade.

A proposta de inclusão não se restringe apenas as escolas, pois, assim como afirma Tartuci (2008, p. 15):

A escola é apenas um âmbito da questão, e em uma ação isolada dos demais não transformará a sociedade que aí está em uma sociedade inclusiva, pois desigualdade social é fruto das relações historicamente estabelecidas entre os homens. A escola poderá contribuir para se efetuar mudanças, contudo ela própria tem tido o papel de manter as desigualdades sociais.

De acordo com esse mesmo o autor os problemas não poderão ser resolvidos somente pelo professor no interior da sala de aula, ou mesmo, somente no contexto escolar. Ao contrário, ela tem que ser pensada e analisada no âmbito das questões mais amplas da exclusão social com vistas à construção de uma cultura escolar mais comprometida com um mundo menos excludente e solidário.

É imprescindível o acesso aos outros profissionais, como fonoaudiólogos e fisioterapeutas envolvidos no desenvolvimento do educando permitindo alcançar novos patamares de qualidade no decorrer do processo de inclusão e também trazer contribuições significativas para as ações do professor em sala de aula, na medida em que o profissional toma posse dos conhecimentos, sente-se mais seguro e confiante para compreender os limites

individuais, independente até da deficiência que os alunos possam apresentar, conseguem explorar as potencialidades.

O processo de inclusão não é uma batalha impossível, contudo uma meta que necessita de mudanças para ser implementada dentre elas estão o fato de uma escola de qualidade, igualitárias, equitativa e afável para todos.

Esta proposta ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com deficiência devem ter acesso às escolas regulares

A inclusão de alunos com deficiência, na rede regular de ensino contribui para a aprendizagem e desenvolvimento destes, e que o isolamento desses alunos em escolas especiais não pode dar bons resultados, pois, com esse tipo de educação, toda a atenção dos alunos se centrará na deficiência, em vez de imprimir-lhe outra direção.

3.1 O surgimento da educação inclusiva

Nos anos 30, com a chegada do ensino público e gratuito, ocorreram transformações importantes no sistema educacional brasileiro e as concepções sobre o atendimento às pessoas com deficiência, embora nessa época fosse apenas assistencialista, foi considerado o primeiro passo para um sistema de Educação Inclusiva, visto que é foi nesse momento que estão foram criadas as primeiras escolas especializadas em atendimento à população deficiente. A questão do ensino de pessoas com deficiência no Brasil começa a ter um cunho educacional, apenas entre os anos de 1950 e 1960, neste período começa-se a discutir o conceito de Normalização, que tem como princípio fazer com que a pessoas “retardadas”, se assemelhe as condições normais de sociedade (ZELIOTTO, 2007, apud FERREIRA 2010)³.

Entretanto, a proposta de normalização nasce segregando parte da população mais pobre, por que está mesma não possui capital para adentrar grandes instituições que, entre outras coisas proporcionavam a alfabetização.

Dentre os conceitos como a normalização, que procurava inserir pessoas que estavam à margem da educação, outro conceito foi ressaltado e discutido neste mesmo período: a educação como uma forma de reabilitação das pessoas a margem da sociedade. Entretanto,

³ FERREIRA, Cláudia Waléria. Educação. 2010. Especial Inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos. Disponível em <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf> Acesso em Mai.2019.

este debate não foi levado tão à frente – em relação à elaboração de diretrizes e leis que viabilizem esta reabilitação por conta da marginalização por parte dos sistemas educacionais que não ofereciam condições adequadas para atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar (PAN, 2008 apud LOPES & MARQUEZINE, 2012)⁴.

Só nos anos 80, com o processo de redemocratização do país e com a chegada de partidos de oposição aos governos dos estados mais importantes do país, ocorreram reformas importantes das políticas educacionais.

Na teoria, com a ampliação do acesso e com a democratização de ensino básico e público, destacou-se também a luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Com a mobilização em torno da Constituinte e, em 1988 aprovou-se a nova Constituição do país, mas esses direitos não só foram mantidos, entendidos como sendo dever do estado e da família: “as crianças com deficiências não precisariam e não deveriam estar de fora das instituições de ensino regular, frequentando classes e escolas especiais”.

A constituição de 1988 é um marco na defesa pela educação, e ainda pela educação pública e inclusiva, pois elucida muitas questões e que, além disso, ela institui como um dos princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola: “o dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (CARVALHO, 2004).

Não só com propostas e discussões nacionais, mas, também, com debates e propostas internacionais a luta pelo espaço dos alunos deficientes teve avanços, como por exemplo, o debate acerca da preocupação mundial em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para todos, assim como na Espanha, em 1994, durante a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais. Nesta ocasião foi aprovada a Declaração de Salamanca, que se trata de um documento proposto para as Nações Unidas afirmando os princípios, políticas e práticas em educação especial (BRASIL, 2007).

O Brasil recebeu certa influência internacional a favor de uma educação inclusiva e, estabelecidas pela sua Constituição atual, foram regulamentadas em seus detalhes pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), onde pela primeira vez a Educação Especial tem um espaço dedicado somente a ela, e que propõe que deve haver atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, assim como afirma: “Deve-se assegurar aos

⁴ LOPES, Esther. MARQUEZINE, Maria Cristina. 2012. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. Disponível em <https://www.sielo.br/php?script=sci_arttext&&pid=S1413-65382012000300009> Acesso em Mai.2019.

educandos com deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às necessidades”(BRASIL,1996)

Ainda sobre programas que visam a inclusão, em 2004 o Ministério da Educação colocou em prática “O programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade”. O programa tem como objetivo adaptar escolas já existentes, e criar novas escolas, com o objetivo de atendimento das necessidades, e desenvolvimento das capacidades, dos alunos deficientes.

Embora ainda exista preconceito e o não aceitação da ocupação de alunos deficientes em ambientes escolares, hoje em dia o acesso à escola está garantido por leis específicas que cuidam do direito à educação para todas as crianças.

3.2 A escola do ensino regular está preparada para o processo de inclusão?

Se fossemos fazer uma análise geral do sistema escolar brasileiro, mas especificamente o público verificaríamos que de fato, ele não está preparado para a inclusão de pessoas com deficiência. Entretanto, apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista na nossa Carta maior, a Constituição, isto faz da inclusão um direito inalienável e como direito subjetivo, que é, poderá se constituir um crime a escola que não receber esses alunos ,uma vez que se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer.

Entretanto para lidar com a inclusão é preciso primeiramente à sensibilização do corpo docente de não tratar a criança tida como diferente de forma distinta das demais crianças.

Para que esta situação comece a ser mudada às escolas inclusivas precisam assumir que as dificuldades de determinados alunos não são somente pessoais, mais que são decorrentes em grande parte da forma como o ensino é fornecido, a aprendizagem é concedida e analisada.

Desse modo a lei a favor de uma educação inclusiva, estabelecidas pela sua Constituição atual, foram regulamentadas em seus detalhes pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), onde garante a todas as pessoas que tenham alguma deficiência, direitos fundamentais, como é o caso do direito a educação. Reforçada posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001). Hoje no Brasil, o maior problema quanto à inclusão é que as instituições de ensino e as escolas não exercem a

lei como ela realmente deve ser cumprida; o que só tende a dificultar o acesso da educação a todos.

Sabe-se que existem dificuldades, mas que todo processo também depende da disposição e do comprometimento de cada profissional envolvido seja direta ou indiretamente com a educação, e assim criar condições para que sejam supridos os possíveis impasses estruturais, funcionais e formativos da escola, propiciando uma mudança de paradigma educacional, e alavancando o processo inclusivo de todos os alunos, na escola e conseqüentemente na sociedade.

Conforme Cartolano (1998, p. 04):

o profissional que trabalha com educação especial deve ser, em primeiro lugar, bom professor: qualificado, dono de um saber reconhecido socialmente, e competente no seu métier. Além disso, há de ser também um profissional voltado para as práticas sociais vigentes, dotado de uma consciência lúcida de sua realidade histórica e dos problemas dela emergentes.

Diante do exposto, pode-se considerar que a forma como o professor concebe, internaliza e elabora o recebimento do aluno com deficiência em sala de aula do ensino regular, é de extrema importância para o sucesso da aprendizagem e desenvolvimento do mesmo. As concepções pessoais de todos os profissionais envolvidos na inclusão dos alunos com deficiência devem ser trabalhadas com frequência, para buscar um avivamento interior, uma disposição e entrega para não estancar o processo de inclusão.

É preciso levar em consideração que, por mais que existam variados métodos pedagógicos apropriado para cada tipo de deficiência, é de suma importância que a escola possibilite aos alunos atividades que incluam a prática de esportes, lazer e artes, que também colaboram fervorosamente para um desenvolvimento, almejando e uma melhor inclusão meio social.

Portanto a realidade escolar precisa ser transformada para que ela se torne mais inclusiva, configurando-se como um espaço decisivo para construção de relações sociais pautadas na compreensão de que o reconhecimento e o respeito às diversidades concebem grandes oportunidades de aprendizado e possibilidades de transformações sociais.

3.3 O professor frente à inclusão

A aprendizagem é tida na interação social tendo como necessidade, o uso de mediadores para o processo criativo, por meio dos diferentes tipos de estratégias pedagógicas que possibilitam o acesso à cultura como um todo, ao conhecimento socialmente construído e

à vida produtiva – condições consideradas essenciais para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. (SASSAKI, 1997 apud FUNGHETTO, 2005)⁵.

Portanto, a garantia da obtenção destes direitos educacionais por parte dos alunos está nas mãos da equipe pedagógica e do corpo de professores, estes mesmos precisam garantir a passagem segura destes conhecimentos a todos os alunos de forma igual.

A educação de forma inclusiva, para que se possa ter êxito, deve contar acima de tudo com o respeito e apoio por parte da população onde se encontra a escola. O respeito à diversidade e a singularidade de alunos com deficiência na rede regular de ensino, tem impacto direto a atuação da instituição escolar para com estes mesmos alunos, oferecendo possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, buscando práticas pedagógicas e concepções mais evoluídas. (SASSAKI, 1997 apud FUNGHETTO, 2005)⁶.

Além do respeito e apoio, a inclusão de alunos com necessidades especiais a escolas também necessita do caráter físico apresentando pela instituição. A estrutura física de uma escola está profundamente ligada ao sentimento de pertencimento por parte de crianças e jovens com deficiência.

Acredita-se que a escola seja o espaço que deva ter o maior número de ajustes possíveis, para a acessibilidade do aluno com deficiência. Os espaços internos, externos aparelhos e utensílios, mobiliários, meios de transportes são fatores primordiais para que se reconheça uma escola inclusiva, pois demonstra o quão democrático é aquele ambiente, já que todos possuem a possibilidade de acesso físico.

Pela lei, as escolas necessitam adotar práticas de ensino adequado às diferenças demonstradas no âmbito geral por parte dos alunos, isto tem a ver com o oferecimento de caminhos que possibilitem o objetivo de formação, mas com a garantia de que não façam restrições e exclusões ou, até mesmo, facilitações.

Como o acesso a todas as séries do ensino fundamental é obrigatório e incondicionalmente garantido a todos os alunos de sete a catorze anos, os critérios de avaliação e promoção com base no aproveitamento escolar, previsto na Lei 9394/96 artigo 24, diz o seguinte: “terão de ser reorganizados para cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola”.

A aceitação das diferenças individuais demonstradas por cada criança deve fazer parte do processo do ensino e formação de professores. O professor deve exercer seu papel com o

⁵ FUNGHETTO, S.S. Criatividade e educação especial. Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Universitas. FACE, v.2, nº 2005).

⁶ Ibid,2005.

objetivo de ajudar as crianças a enfrentarem e a sanarem, suas necessidades individuais, peculiaridades e prepará-las para abandonar os tradicionais “medos”, equipando-os com recursos educacionais inovados e com modelos pedagógicos experimentais (PARANA, 2000).

Tratando-se de modelos pedagógicos novos, uma pedagogia voltada para desenvolver a criatividade em docentes e alunos, deve fundamentar-se em elementos psicológicos tidos como essenciais na regulação do comportamento criativo, como por exemplo: motivação; capacidades cognitivas diversas, especialmente, as de tipo criativo; autodeterminação; autovaloração adequada; segurança; questionamento; reflexão e elaboração personalizadas; capacidade para estruturar o campo de ação e tomar decisões; capacidade para propor metas e projetos; capacidade volitiva para a orientação intencional do comportamento; flexibilidade e audácia.

Ou seja, as potencialidades de cada sujeito podem aparecer de maneiras diversas, exigindo assim diagnóstico, estimulação e avaliação diferenciadas, procedimentos esses que constituem um desafio à educação atual (CARVALHO, 1996 apud FUNGHETTO, 2005)⁷.

Para o êxito de um ensino transmissível a todos, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, é necessário ultrapassar a barreira entre o ensino transmissivo e a pedagogia ativa, dialógica, interativa, com conexões, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, e que acaba por hierarquizar o saber hierárquico do saber.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário para a coleta de dados foram produzidos de maneira simples e objetiva, participaram da entrevista 06 professores e uma coordenadora escolar a fim de apresentarem suas visões em relação ao processo de inclusão em uma escola de ensino regular no município de Remígio. As perguntas eram direcionadas no sentido de analisar como está organizada a infraestrutura e o corpo docente da escola objeto de estudo, verificar os conhecimentos que os professores de salas regulares têm sobre as práticas pedagógicas para atender alunos com deficiência, coletar as opiniões dos professores pesquisados sobre os desafios de lecionar alunos com deficiência e observar se há estrutura adequada na escola para atender os alunos com deficiência.

⁷ FUNGHETTO, S.S. Criatividade e educação especial. Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Universitas. FACE, v.2, nº 2005).

Todos os professores que responderam ao questionário trabalham na rede pública de ensino, e lecionam o ensino fundamental a maioria com vínculo efetivo esse é um aspecto positivo, pois nota-se que elas podem dar continuidade ao seu trabalho sem ser interrompidas, só duas são contratadas e estão cobrindo licença maternidade, no total foram entrevistados seis professores, e uma coordenadora.

Dentre os motivos que me levaram a escolher essa instituição, destaco o número considerável de alunos com deficiência matriculados , além de ser considerada pelo município, como uma escola inclusiva.

Foi informado aos participantes que identificação deles seriam resguardadas, por questões éticas, ou seja, seriam identificados com letras do alfabeto da seguinte forma a coordenadora pedagógica por C.P; e os professores por P1, P2, P3 até P6. O critério de seleção dos professores se deu por estes terem tido ou tem alunos com deficiência, o critério de escolha da coordenadora pedagógica se deu para saber como ela se posiciona com relação ao paradigma da inclusão. Alguns participantes da pesquisa levaram os questionários para responder em casa, onde foi estimado um prazo de uma semana para receber, prazo este cumprido pela maioria dos professores.

Antes de passarmos para a análise e discussão do tema que serão apresentadas aqui, resolvemos mostrar o quadro do perfil profissional das professoras entrevistadas, pois consideramos pertinente até para analisar as respostas das mesmas.

Começamos a análise, traçando um perfil dos professores com perguntas direcionadas aos seus dados pessoais, os quais apresentaram as seguintes respostas.

Quadro1: Perfil dos participantes

Profissional	Tempo de magistério	Formação	Pós-graduação
P1	32 anos	Pedagogia	Educação Básica
P2	18 anos	Pedagogia	Educação Básica
P3	21 anos	Pedagogia	Psicopedagogia clínica e institucional
P4	13 anos	Pedagogia	Educação Básica
P5	13 anos	Pedagogia	Psicopedagogia clínica e institucional
P6	3 meses	Pedagogia	Psicopedagogia clínica e institucional
CP	13 anos	Pedagogia	Psicopedagogia clínica e institucional, Orientação Educacional, Supervisão Escolar

Fonte: Elaborado pelo autor 2019.

Com relação aos professores que participaram desta pesquisa, 100% são do sexo feminino, todas trabalham com crianças na faixa etária de 6 a 8 anos de idade nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no quadro demonstra que as professoras pesquisadas possuem um relativo tempo de experiência em sala de aula, duas delas possui mais de 20 anos na profissão, quatro delas possuem mais de 10 anos e uma que tem apenas 3 meses, o pouco tempo de experiência dessa penúltima não a torna inferior as demais, a mesma demonstrar ter conhecimento, domínio e vontade de fazer a diferença.

No que diz respeito à formação profissional, as pesquisadas possuem formação específica na área e especialização em psicopedagogia, educação básica e a coordenadora possui formação acadêmica na área que atua, em orientação educacional, supervisão escolar e pedagogia dados estes que apontam que cada vez mais os professores no país estão buscando se capacitar.

2 – Na questão 2, os professores foram perguntados sobre o que eles entendem sobre a inclusão?

“Inclusão é o acolhimento a todos que tem algum tipo de necessidade especial, podendo ser física ou mental”. P1

P2 e P3 “compartilham a mesma ideia, ambas consideram que a inclusão é o acesso da criança com necessidades especiais de forma igualitária no que diz respeito a aprendizagem e inserção do mesmo no contexto escolar”.

“Eu acredito que incluir é fornecer as pessoas portadoras de deficiência uma atenção especial para que consigam viver em sociedade sem discriminação e com as mesmas oportunidades”. P4

Pudemos perceber, na fala dos entrevistados, referente a questão que, realmente os professores participantes tinham uma visão superficial ou estão em processo de construção do conceito do que seria inclusão.

Pupo (2003, p.13) salienta que,

A inclusão, é uma verdadeira revolução pacífica que transforma o deficiente em cidadão. A partir dela, cabe à sociedade abrir espaços, criar alternativas para que qualquer pessoa, com qualquer deficiência, possa conviver com os demais, nos mesmos locais e atividades das pessoas de sua idade, respeitada em suas limitações.

Dessa forma, acreditamos que a inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino contribui para que ocorra aprendizagem e desenvolvimento destes, uma vez que ambiente para ela certamente será mais desafiador, e servirá de estímulo para que ela se desenvolva.

3- Você já realizou algum curso preparatório para atender alunos com deficiência?

Quadro 2- Referente as respostas da questão 3

Participantes	Sim	Não
P1	-	X
P2	-	X
P3	X	-
P4	-	X
P5	X	-
P6	X	-
CP	X	-

Fonte: Elaborado pelo autor 2019

As respostas revelam que apenas três docentes, possuem cursos e formações na área. P1, P2, P4 fator preocupante. Uma vez que se faz necessário a formação e capacitação do educador, tanto inicial como continuada, a fim de que ocorra um ensino que inclua a todos.

Nesse sentido Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com deficiência no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

Assim quando se fala em educação inclusiva é preciso repensar nas práticas que favoreçam um modelo educacional pautado na aprendizagem e nas necessidades de cada aluno.

A seguir fizemos a seguinte pergunta:

4-Já teve oportunidade de trabalhar com alunos com deficiência? Qual o tipo?

“Sim. Deficiente auditivo e autista em 2017, e um deficiente visual neste ano de 2019”. P1

“Sim. Em 2017 foi minha primeira experiência, onde recebi um aluno com laudo médico “Retardo no desenvolvimento neuropsicomotor, era um aluno agressivo, usava fraldas e tinha dificuldade na fala”. E este ano de 2019 estou com um aluno autista”. P2

“Sim. Uma síndrome de Down e Paralisia Cerebral”. P5

“Sim. Um autista e um com transtorno do espectro autista com hiperatividade”. CP

Os dados aqui apresentados mostra que das professoras que tiveram alunos com deficiência em sala, apenas duas tinha formação para trabalhar com essas crianças, o que se contrapõe com a Lei Federal de 1988, que enfatiza em seu Art.208 onde determina que seja dever do Estado o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino para educandos com deficiência, no parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Nesse sentido o ensino das pessoas com deficiência é um desafio, observa-se, portanto, que apesar da existência de leis que lhes dá o direito ao atendimento especializado na prática, nem sempre acontece de fato.

Continuando a pesquisa perguntamos:

5- Você considera que há inclusão na escola onde você trabalha? Por que? Cite os motivos.

“Por parte dos educadores sim, no entanto falta muito para que essas crianças possam ter uma educação de qualidade”. P2

“Não. Porque não temos profissionais de apoio e nem recursos didáticos”. P3

“Não porque nem todos os professores tem formação para que a inclusão seja posta em prática, acarretando com isso uma verdadeira exclusão”. P4

“Não, para que aconteça verdadeiramente a inclusão precisamos de meios para facilitar, tanto o convívio, quanto o aprendizado”. P6

NA teoria educação inclusiva está amparada por resoluções, leis, portarias que assegura direitos a uma escola de qualidade, entre esses direitos estão: materiais didáticos de qualidade, com espaços físicos favoráveis, professores qualificados que respeita as diferenças dos indivíduos.

Desse modo as docentes acreditam que não há inclusão na escola, embora reconheçam que é necessário buscar estratégias e atitudes que favoreçam uma verdadeira inclusão, porém a escola enfrenta dificuldades relacionadas a falta de estrutura da escola, falta de material e profissionais de apoio que auxiliem os docentes.

A pergunta seguinte foi:

6-Você acha que a presença de alunos com deficiência na sala de aula regular, dificulta os trabalhos e a aprendizagem na sala de aula?

“No meu caso não, pois a mãe do meu aluno deficiente visual fica na sala de aula durante todo o período que o aluno está na escola, a mesma é quem o leva ao banheiro, e direciona as atividades que lhes são sugeridas, caso a mãe não ficasse na sala comigo eu não sei como se daria o atendimento a ele, uma vez que a sala de aula passa do número de alunos permitido por lei e eu não tenho conhecimento do uso do braile”. P1

“Dificulta um pouco, pois temos que ter um olhar voltado para aquela criança e muitas vezes não temos como dar suporte necessário, pois as salas são superlotadas, infelizmente a gestão não leva em consideração que temos criança especial”. P2

“Sim. Porque necessitam da nossa atenção e intervenção constantemente, as salas são superlotadas onde temos alunos em vários níveis de aprendizagem que se faz necessário, atendimento individualizado e acabamos não dando conta”. P4

Diante do que foi relatado pelos professores entrevistados, eles entendem que os alunos com deficiência, acabam meio que atrapalhando um pouco as aulas, elas apontam que o número expressivo de alunos nas classes regulares e o fato de terem deficiências diversas numa mesma sala de aula, é prejudicial para um atendimento mais individualizado, somado a falta de profissionais de apoio, material didático apropriado e curso de formações na área.

7-Em seguida foi perguntado aos professores se a escola tem dado suporte necessário para que a inclusão aconteça de fato? Em caso de afirmativa a resposta, quais seriam esses suportes?

Quadro -3 Referente as respostas da questão 7

Participantes	Sim	Não
P1	-	X
P2	-	X
P3	-	X
P4	-	X
P5	-	X
P6	-	X
CP	-	X

Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor 2019.

Nesse caso da questão sete, os professores responderam de forma unânime que a gestão escolar não oferece auxílio as demandas dos alunos no que diz respeito a inclusão, alguns professores até justificam tal situação considerando que o problema é muito maior e não compete ao gestor local solucionar, a escola possui rampa de acesso e banheiros adaptados a cadeirantes, apenas isso foi feito no intuito de passar uma imagem de escola inclusiva.

Contudo a ideia da inclusão não é nova, mas ainda precisa amadurecer nas mentes de pais, educadores, governantes e toda sociedade, antes de tudo é preciso deixar de ignorar a existência do problema e torná-lo parte de nossas vidas como algo natural.

A pergunta seguinte foi:

8- E o governo estadual e municipal tem compromisso em relação a inclusão na escola?

“No caso o governo municipal, segundo eu soube vai instalar uma sala de AEE”. P1

“Não. Pois não temos suporte pedagógico, nem material para trabalhar com as crianças especiais. O professor fica de certa forma sozinho”. P2

“Na realidade tem até abordado sobre o assunto, mas falta colocar em prática”. P6

As professoras relataram e seu depoimento que não há compromisso dos gestores em relação a inclusão, embora a legislação vigente trate de garantir o direito a uma educação de qualidade, pouco se tem feito nesse sentido a escola este ano tem 25 alunos com deficiência matriculados com laudo, fora outros que percebe-se que tem alguma deficiência porém não tem laudo.

Portanto deve-se ter cuidado na maneira de inserir alunos com deficiências em classes de ensino regular, é necessário atribuir ações que mudem a metodologia de ensino, levando em consideração a efetivação de Políticas Públicas, para que o processo de inclusão não se restrinja somente à relação professor-alunos e que as mesmas se adequem nos padrões inclusivos para o recebimento de alunos com deficiência .

Continuando a pesquisa a pergunta seguinte foi:

9- Que sugestão você daria para que a inclusão se torne mais efetiva na sua escola?

“Presença de cuidadores e assistência aos professores para dá suporte para essas crianças, além vontade e sensibilidade do professor em atuar na área de inclusão.”. P3

“Curso de formação de professores para educação inclusiva. Apoio didático pedagógico e parceria escola família”. P5

“Disponibilizar profissionais para capacitar o docente, e disponibilizar um psicopedagogo da escola”. P6

Para os docentes, a presença de uma equipe de apoio que dê suporte na escola constitui-se em uma das principais necessidade para a educação inclusiva, visto que o professor precisa ser auxiliado no processo de inclusão e não pode trabalhar de forma isolada. Outro fator destacado como importante para a inclusão seria a realização de cursos de formação em serviço na área, criação de sala de recursos prevista por lei, mas que na escola não existe, adaptações na infraestrutura das escolas. Além disso como citou o professor P3 deve-se também levar em consideração que os docentes estejam abertos ao processo de inclusão para poderem atuar de forma satisfatória.

Nesse panorama CARVALHO (2004, p.67), diz que:

[...]escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir aprendizagem e a participação de todos, [...]

10 - Você se sente preparada para trabalhar com alunos especiais?

Quadro 4 -Referente as respostas da questão 10

Participantes	Sim	Não
P1	-	x
P2	-	x
P3	-	x
P4	-	x
P5	-	x
P6	-	x
CP	-	x

Fonte: Elaborado pelo autor 2019

Fica evidenciado aqui, segundo os dados levantados que os professores não se sentem preparados para trabalhar com alunos deficientes. A maioria justificou que não tiveram acesso a cursos de formação na área, além disso como fora mencionado outras vezes a questão da inclusão é algo muito mais amplo, não basta apenas matricular os alunos na rede regular de ensino, isso por si só não garante a inclusão.

5 CONCLUSÃO

Constatou-se que o avanço da educação inclusiva brasileira caminha paulatinamente, haja vista que já se pode ser notado o valor de trazer educação de qualidade a todos. Este cenário educacional pode mudar completamente a vida de uma criança com deficiência, que também carece de educação básica, não somente pelo aspecto de inclusão, mas também, pelo critério de melhorar o lado estimativo dessas crianças.

Neste sentido o enfoque desta pesquisa foi a *educação inclusiva*, mostrando que esta pode e deve universalizar cada vez mais os direitos a educação, pois não há motivo para que as pessoas com deficiência sejam excluídas do contexto curricular.

A questão do ensino de pessoas com deficiência no Brasil começa a ter um cunho educacional, apenas entre os anos de 1950 e 1960, embora com características assistencialistas. E que após a constituição de 1988, ocorreram reformas importantes nas políticas educacionais de educação pública e inclusiva, onde elucida muitas questões, e assegura os princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Desde então o processo de inclusão de pessoas com deficiência vem sendo desenvolvida; e tem como alvo um ensino mais qualificado para todos; é preciso que estejamos preparados para este ato de direitos humanos uma vez que, mesmo as pessoas que não possuem deficiência alguma, enfrentam problemas de exclusão no ambiente escolar.

De acordo com a pesquisa realizada, avaliou-se que na concepção geral dos professores participantes que eles tem uma visão superficial ou estão em processo de construção do conceito do que seria inclusão, e se sentem despreparados com muitas dúvidas de como se lidar com os alunos com deficiência, constatando-se assim que seria necessário que houvesse inicialmente uma capacitação profissional desses profissionais, para que assim pudessem se tornar agentes qualificadores do ensino inclusivo.

Dessa forma os profissionais envolvidos na educação inclusiva se sentirão preparados para levar propostas que trabalhem o processo inclusivo em variados âmbitos, tanto incluindo o aluno com alguma deficiência como os demais ditos normais, conscientizando a comunidade escolar de que o aluno com deficiência é um ser humano que merece respeito e aprendizado como todos que ali estão.

Todas as crianças têm o direito a aprender juntas, sem serem discriminadas ou excluídas por sua deficiência, diferença ou dificuldade de aprendizagem. Pesquisas demonstram que crianças aprendem mais, tanto acadêmica como socialmente, em ambientes inclusivos não existe nenhum conteúdo de ensino que ocorra em uma escola especial, que não possa ser implementado na escola regular. Entende-se que a escola inclusiva é benéfica para todas as crianças, a diversidade existe na sociedade que é composta por seres de inúmeras raças, crenças, ideologias. Na medida em que a escola proporciona a todos seus alunos à oportunidade de conviver com a diversidade e com as diferenças, está preparando os alunos para a vida em sociedade. Sabe-se que, não adianta simplesmente “aceitar” o aluno na escola e deixá-lo no cantinho da sala. É preciso que sejam criadas condições físicas e pedagógicas para que o aluno se sinta parte integrante da comunidade escolar.

A ideia da inclusão não é nova, mas ainda precisa amadurecer nas mentes de pais, educadores, governantes e toda sociedade, antes de tudo é preciso deixar de ignorar a existência do problema e torná-lo parte de nossas vidas como algo natural.

Conclui-se que a questão da educação inclusiva dentro do município de Remígio, apresenta a mesma situação da educação inclusiva no país como um todo, ou seja, caminha em passos lentos, uma vez que foi observado um número considerável de alunos com deficiência, somado a falta de preparo físico e pedagógico ao atendimento dessas crianças na escola pesquisada.

Ao termino desta pesquisa, é possível concluir que ainda a muito por fazer, a se alcançar e desenvolver no que se refere a busca por mudanças significativas no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

CARTOLANO, Maria Thereza Penteadó. **Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial**. Campinas: vol. 19 n. 46 set. 1998, p.4. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101>. Acesso em :02/06/2019

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p 67.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007

ECHEITA, G., & AINSCOW, M. (2011). **Educação inclusiva como um direito**. Quadro de referência e linhas de ação para o desenvolvimento de uma revolução pendente. Tejuelo, 12, 26-46.

FERREIRA, Cláudia Waléria. Educação. 2010. Especial Inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos. Disponível em<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_especial_inclusiva.pdf> Acesso em: Mai.2019

FUNGHETTO, S.S. Criatividade e educação especial. Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Universitas. FACE, v.2, nº 2005).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

LOPES, Esther. MARQUEZINE, Maria Cristina. 2012. **Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores**. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000300009> Acesso em Mai.2019.

PAN, M. A. G. S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

PARANÁ, **Conselho Estadual de Educação**. Deliberação n.º 02/2003. Disponível em <http://www.cascavel.pr.gov.br/appis/legislacao/le02deliberacao.htm>. Acesso em :Mai.2019.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 10.172/01. 2001.

PRADO, Edna. **Estágio na licenciatura em Pedagogia: gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012

PUPO FILHO, Ruy do Amaral. O momento da descoberta. In: SOUZA, Ângela Maria Costa de (Org.). **A criança Especial:** temas médicos, educativos e sociais. São Paulo: Roca, 2003, p. 13.

SASSAKI, R. K. **Inclusão.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

RICOLI, V. A. C. O papel do professor no manejo do stress do aluno. In: LIPP, M. N. (Org.). **O stress do professor.** Campinas: Papirus, 2002. p. 95-107.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 28 de maio 2019.

ZILLOTTO, G. S. **Educação especial e educação inclusiva:** fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais. Curitiba: IBPEX, 2007.

APÊNDICE-QUESTIONÁRIO APLICADO AS PROFESSORAS

PESQUISA: O processo de inclusão no ensino regular no município de Remígio: um estudo de caso sobre os desafios e aportes para as séries iniciais.

PESQUISADORA: Simone da Silva Cândido

LOCAL: Escola Municipal de Ensino Fundamental Gercina Eloy Freire

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

1 Perfil do professor.

Idade: _____

Sexo () Masculino () Feminino

Formação: Graduação: _____

Pós-Graduação: Latu-senso: _____

Strictu-senso: _____

Tempo de serviço: _____

Série que atua: _____

2 O que você entende sobre a inclusão?

3 Você já realizou algum curso preparatório para atender alunos com deficiência?

() sim () não

QUAL? _____

4 Já teve a oportunidade de trabalhar com alunos com deficiência? Qual o tipo?

() () não

5 Você considera que há inclusão na escola onde você trabalha? Por quê? Cite os motivos.

6 Você acha que a presença de alunos com deficiência na sala de aula regular, dificultam os trabalhos e a aprendizagem na sala de aula?

() sim () não

Por quê?

7 A escola tem dado o suporte necessário para que a inclusão aconteça?

() sim () não

Em caso de afirmativa a resposta, quais seriam esses suportes?

8 E o governo estadual e municipal tem compromisso em relação à inclusão na escola?

9 Que sugestão você daria para que a inclusão se tornasse mais efetiva na sua escola?

10 Você se sente preparada para trabalhar com alunos com deficiênciaa?

11 ()sim () não

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo da minha graduação.

A esta universidade, aos professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas, a direção e administração em especial a pessoa da Professora Silvânia Karla de Farias Lima, coordenadora local do curso de Pedagogia por todo seu empenho, dedicação e por sua gentileza na qual nos atendeu em todos os momentos que fora solicitada pela turma e, por ter sido sempre motivadora e nos oportunizar a janela que hoje vislumbro.

Deixo um agradecimento à minha orientadora Ms. Mary Delane Gomes de Santana, pela atenção, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções ao meu projeto de pesquisa.

Aos meus avós (in memoriam) por terem sido os meus primeiros grandes mestres, a quem agradeço pelo amor a mim dedicado na ausência dos meus pais de sangue.

Aos meus filhos, principalmente meu esposo pela capacidade de me apoiar e de acreditar sempre em mim e nas minhas escolhas e pelo incentivo nos momentos em que quase desisti.

E não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de classe e com certeza futuros excelentes profissionais em especial a minha amiga Samara Cristina pelo companheirismo, carinho, e amizade, que sempre esteve ao meu lado nos momentos engraçados, tristes, alegres, e na cumplicidade do dia-a-dia no estágio de gestão e dos seminários.